



Diário Oficial do Município de Mauá

GERÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIVISÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 18 de agosto de 2021

A Divisão de Cobrança Amigável informa aos seguintes contribuintes sobre o **pedido de prescrição de débitos**:

PROCESSO	NOME / FIRMA	ASSUNTO OU SOLICITAÇÃO
6780/2018	João Ferreira Filho	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2003/2009/2010 no valor de R\$ 131.110,44 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2005/2006/2007/2008/2011, verificado que são objetos de execução fiscal que encontra-se em andamento, não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição. Quanto ao IPU dos exercícios 2001/2002/2004, a prescrição foi declarada judicialmente, havendo perda de objeto com relação ao pleito administrativo.
6780/2018	João Ferreira Filho	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2003/2009/2010/2011 no valor de R\$ 72.355,68 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2001/2002/2005/2006/2007/2008, verificado que são objetos de execução fiscal que encontra-se em andamento, não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição. Quanto ao IPU dos exercícios 2004, a prescrição foi declarada judicialmente, havendo perda de objeto com relação ao pleito administrativo.
10555/2017	Nair Ramos E Silva	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2005/2006 no valor de R\$ 11.403,32 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2001/2002/2005/2006/2007/2008, verificado que foram objetos de Acordos que interromperam o curso do lapso prescricional, desse modo a Municipalidade ainda dispõe de prazo para proceder com a cobrança não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição.
20643/2018	Marilda Helena Miranda Lopes Dorsa	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 2003/2005/2007/2011/2012 no valor de R\$ 10.804,27 INDEFERIDO - O pedido de prescrição referente ao IPU exercícios 1999/2000/2001/2002/2006/2008/2009/2010, verificado que são objetos de execução fiscal que encontra-se em andamento, não havendo o que se falar em reconhecimento administrativo por prescrição. Quanto ao IPU dos exercícios 2004, a prescrição foi declarada judicialmente, havendo perda de objeto com relação ao pleito administrativo.
22021/2018	Aristeu Geraldo De Oliveira	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente a MULTA DE TRÂNSITO exercício 2006 no valor de R\$ 1.307,55.
22083/2018	Nivaldo Jose De Andrade	DEFERIDO – O pedido de prescrição referente a TFIS e ISSF exercícios 2009/2011 no valor de R\$ 4.176,71.

Publicado eletronicamente em 18 de agosto de 2021 por Katia Silva